

Elementos de história da terminografia médica no Brasil

Lídia Almeida Barros
UNESP-Universidade Estadual Paulista¹ (Brasil)

1. INTRODUÇÃO

Ao procedermos a uma pesquisa sobre a história da Terminografia médica no Brasil, defrontamo-nos com algumas questões fundamentais à delimitação do campo de estudo e à abordagem a ser adotada. Verificamos que uma pesquisa de cunho histórico sobre os dicionários especializados (em Medicina ou em qualquer outro domínio técnico ou científico) que deseje ser abrangente não pode se ater ao conceito atual de Terminografia.

Ao estudarmos as obras brasileiras que vão do período colonial até ao final do século XIX, apresentaram-se alguns elementos que consideramos preciosos para o estudo da história dos dicionários brasileiros especializados que não seriam levados em consideração caso nos atívéssemos à Terminografia *stricto sensu*.

Nesse sentido, alargamos nosso campo de pesquisa a elementos de história da Lexicografia especializada; incorporamos também ao nosso *corpus* documentos que, dentro de uma tipologia geral de obras, não se caracterizam de modo algum como dicionários, mas que:

1. são documentos técnicos ou científicos;
2. abordam temas de domínios especializados;

1 Trabalho apresentado no evento *Curso “Terminologia no Outono”*, tendo recebido apoio financeiro da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP-FUNDUNESP.

3. têm como objetivos registrar conhecimentos especializados e transmiti-los;
4. para tanto, empregam conjuntos terminológicos que representam e transmitem esses conhecimentos;
5. em seu interior, dão a alguns dados um tratamento que se assemelha ao lexicográfico, ou seja, nos quais:
 - a. termos são descritos, no próprio corpo do texto, por meio de um enunciado parafrástico de tipo definicional;
 - b. termos são descritos em enunciados que são dispostos, no plano formal e gráfico, isoladamente uns dos outros (em forma de verbetes),
 - c. esses termos constituem “entradas” desses “verbetes”;
 - d. as mensagens se organizam em dois sentidos, a saber: verticalmente (na “macroestrutura”) e horizontalmente (na “microestrutura”);
 - e. os enunciados “lexicográficos” transmitem informações de tipo lingüístico, metalingüístico ou enciclopédico.

Nesse sentido, muitos textos científicos elaborados no período colonial brasileiro apresentam as características que acabamos de mencionar. Embora não sejam dicionários, neles encontramos um *saber terminológico*, no sentido de conhecimento provindo da descrição do léxico especializado empregado nesses documentos. Também ali se observa um tratamento de tipo “dicionarístico” dos dados terminológicos, estes últimos entendidos como “dados relativos a um conceito ou à sua designação” (ISO 1087, 1990: 9).

Assim, consideramos que o resgate da história da Terminografia brasileira – e em nosso caso específico, da Terminografia médica no Brasil –, não pode alijar do estudo esse tipo de documento.

Cumpramos ainda ressaltar que boa parte do trabalho de resgate da história da Lexicografia brasileira, executado por diversos cientistas da linguagem de nosso país, deu-se por meio da análise de textos de cunho técnico e científico. Nesse sentido, uma parte da história da Terminologia/Terminografia brasileira já teria sido estudada pela Lexicografia.

Nosso objetivo neste trabalho é abordar alguns elementos de história da Terminografia/Lxicografia médica no Brasil. Para tanto, procuraremos, em um primeiro momento, evidenciar a presença de um discurso lexicográfico em obras científicas ou documentos produzidos nos primórdios da colonização portuguesa no Brasil. Recuperaremos também dados sobre os dicionários médicos produzidos ou publicados nesse país no período colonial e no século XIX. Antes, porém, de darmos início a essa análise, convém precisar alguns princípios teóricos nos quais nos baseamos e definir, de modo mais claro, nossa postura científica.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DE PARTIDA

A história da Lexicografia brasileira encontra na tese de Doutorado de J. H. Nunes (1996) uma das melhores pesquisas. Para esse autor, estudá-la “implica considerar a história do saber sobre o léxico, desde a época colonial até o momento de reivindicação de uma língua nacional distinta do português de Portugal” (Nunes 1996: 1). Nesse sentido, propõe, com fins metodológicos, uma delimitação conceitual, a saber:

Para começar, faremos uma **distinção** entre o **discurso de constituição do léxico** e o **discurso lexicográfico**. O primeiro inclui diversas práticas que realizam um trabalho metalingüístico envolvendo elementos lexicais (segmentação, comentários, descrições, definições), com objetivos variados, por exemplo: descrever a natureza, produzir literatura, construir conceitos científicos. O segundo se refere a um domínio específico: o da elaboração de dicionários de língua. Trataremos esta prática como um trabalho de instrumentação da língua, que se realiza em vista de determinados interesses práticos. **É sobretudo este último caso que nos interessa; mas importa também mostrar de que modo o primeiro domínio incide sobre o segundo**² (Nunes 1996: 4).

Numa linha de continuidade, que se inicia no *discurso de constituição do léxico* e chega ao *discurso lexicográfico* no Brasil, estabeleceu-se o que o autor chamou de *saber lexicográfico*:

2 Todos os destaques em negrito presentes nas citações deste trabalho são nossos.

O saber lexicográfico de que trataremos aqui é aquele que se inicia no Brasil com os primeiros escritos sobre o país. Nesse sentido, ele surge juntamente com a etnografia (conhecimento dos povos indígenas), a economia (mercantilismo) e a geopolítica (expansão territorial das nações européias), em seus momentos precursores, introduzido através de relatos de viajantes, colonos e missionários. Tais textos estão pontuados por citações de termos indígenas, de modo que é formulada uma constelação de comentários lexicais (Nunes 1996: 11).

Assim, o saber lexicográfico que marcou o período colonial brasileiro construiu-se (ou se manifestou em), em parte, de documentos que procediam a descrições das coisas da terra e do léxico que as designava, sem, entretanto, terem um caráter puramente lexicográfico. Assim, descreviam as palavras no próprio texto, utilizando, para tanto, um enunciado de tipo definicional; por vezes anexavam listas temáticas, que geralmente compreendiam termos em línguas indígenas com os respectivos equivalentes em português; ou, ainda, organizavam as informações sobre determinado termo em forma muito parecida com a de verbetes dos dicionários. Telmo Verdelho também observa a presença de uma *lexicografia implícita* em documentos portugueses antigos que não se caracterizavam como dicionários:

A emergência da escrita entre os vernáculos europeus, desde a recuada Idade Média, paralelamente à escolarização do latim, deu naturalmente origem à dicionarização das línguas vulgares. Gerou-se em primeiro lugar uma espécie de **lexicografia implícita** que tecia os próprios textos e facilitava a compreensão do vocabulário característico da escrita, forçosamente mais amplo e menos cotidiano do que o da língua oral. Os textos que dão testemunho das primeiras tentativas do uso da escrita em vernáculo português e ainda quase toda a produção textual subsequente, até aos tempos modernos, vêm marcados por esse **esforço metalingüístico de clarificação e autodescodificação, próximo da informação lexicográfica**. Muitos textos medievais portugueses parecem ser construídos com a preocupação de fornecerem um fácil acesso à significação do seu próprio léxico, apresentando um estilo parafrástico, enquadrado por muitas palavras redundantes e frequentemente entretecido por **verdadeiras definições lexicográficas**. Os exemplos mais elucidativos poderão recolher-se nos textos jurídicos de Afonso X, tais como as *Partidas* e o *Foro Real* traduzidos do castelhano logo nos primeiros séculos da escrita em língua portu-
gue-

sa. (Ferreira 1980 e 1987). Os textos da Casa de Avis, e muito especialmente o *Leal Conselheiro* de D. Duarte, oferecem também bons **exemplos de fundo pré-dicionarístico que acompanhou o início da memória textual portuguesa**. O *Leal Conselheiro* apresenta-se mesmo como obra de **tipo paralexigráfico** nas declarações do próprio autor (“E fillayo por hûu A B C de lealdade”) (Verdelho 2002: 16).

Verifica-se, portanto, que, em Portugal e no Brasil, um *saber lexicográfico* ou uma *lexicografia implícita* marca diversos documentos antigos, embora por motivos e em situações diferentes, como não poderia deixar de ser, uma vez que “o saber lingüístico é um produto histórico, localizado em um tempo e em um espaço” (Nunes 2002).

No âmbito deste trabalho, apoiamo-nos nos conceitos propostos por Nunes (1996) e Verdelho (2002). Ao falarmos de “tratamento dicionarístico” aplicado a *dados terminológicos*, automaticamente somos induzidos a pensar em *saber terminográfico*. Convém, porém, a nosso ver, não empregar de modo generalizado essa expressão, uma vez que, se por um lado é verdade que em alguns documentos se evidencia um tratamento que em certos aspectos lembra a metodologia empregada pela Terminografia moderna, por outro, alguns documentos não permitem essa observação. Com efeito, por Terminografia a Norma ISO 1087 compreende “o registro, tratamento e apresentação de dados terminológicos obtidos por uma pesquisa terminológica” (ISO 1087: 1990). A Terminografia constitui, juntamente com a *análise terminológica* (entendida como o “estudo sistemático dos conceitos e dos termos de acordo com os princípios e métodos da ciência da Terminologia” (*ibidem*)), o *trabalho terminológico*, definido como uma “atividade relativa à sistematização e à representação dos conceitos, assim como da apresentação de terminologias de acordo com os princípios e métodos estabelecidos” (*ibidem*).

Nesse sentido, acreditamos ser mais prudente falar de modo genérico de *saber lexicográfico* ou ainda de *discurso lexicográfico*, reservando o emprego de *saber terminográfico* ou *discurso terminográfico* às manifestações discursivas que resultem de um tratamento dos dados que se assemelhe, de alguma maneira, ao adotado pela Terminografia atual. Quando nos referimos a textos que não recorrem a enunciados

definicionais, mas que fornecem dados lingüísticos sobre termos, falaremos de *discurso de constituição do léxico especializado* ou de *áreas de especialidade*. Empregaremos a expressão *saber terminológico* em sentido genérico que engloba o *discurso lexicográfico* e o *de constituição do léxico especializado*.

3. O SABER TERMINOLÓGICO EM DOCUMENTOS FUNDADORES DA IDENTIDADE NACIONAL

O Brasil do início da colonização portuguesa foi intensamente descrito por viajantes ou cientistas de diferentes nacionalidades, em documentos que tinham fins vários. Dentre eles, podemos citar como de maior relevância:

1500	Pero Vaz de Caminha	<i>A Carta de Pero Vaz de Caminha</i>
1555	Hans Staden	<i>Duas viagens ao Brasil</i>
1560	José de Anchieta	<i>Carta Latina – Quamplurimarum rerum naturalium, quae S. Vicentii (nunc S. Pauli) provinciam incolunt, sistens descriptionem</i>
1576	Pero de Magalhães Gandavo	<i>História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil</i>
1578	Jean de Léry	<i>Histoire d'un Voyage faict em la terre du Brésil autrement dit Amerique</i>
1583	Fernão Cardim	<i>Tratado da terra e gente do Brasil</i>
1587	Gabriel Soares de Souza	<i>Tratado descritivo do Brasil</i>
1618	Ambrósio Fernandes Brandão	<i>Diálogos da grandeza do Brasil</i>
1648	Georg Marcgrave e Willem Piso	<i>História Natural do Brasil</i>
1663	Simão de Vasconcelos	<i>Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil</i>

Esses documentos, que podemos chamar de *fundadores*, contribuíram para a construção da identidade do Brasil no imaginário das sociedades da época e funcionam, ainda hoje, como pinturas faladas que re-

tratam o país no período da chegada dos primeiros europeus. Em boa parte desses documentos, termos que designam plantas, doenças, animais e outros elementos são mencionados e descritos no corpo do texto; alguns apresentavam listas temáticas de palavras com o objetivo de explicar coisas exóticas ou relacionar designações indígenas a seus equivalentes em português ou outras línguas. Ao descreverem elementos desconhecidos dos colonizadores da época, produzia-se um discurso sobre o referente, como explica Nunes:

Os comentários dos viajantes se direcionam para as coisas do Novo Mundo, de maneira que a questão da *referência* torna-se importante nesse contexto. Ao descreverem as novidades do país, esses falantes colocam em evidência os referentes. Fala-se de lugares, animais, plantas nunca vistos (embora já nomeados pelos autóctones); fala-se de coisas não-idênticas, mas semelhantes; constata-se a existência ou inexistência de coisas. Nessas circunstâncias, a organização dos espaços lexicais está intimamente relacionada com a geografia e a economia, com os interesses de conquista e de comércio. Esse estado do saber lexicográfico envolve uma variada tipologia discursiva, em que se incluem narrações, descrições, traduções e diálogos. Temos em vista, sobretudo, os deslocamentos que ocorrem quando se passa de uma configuração dispersa, pontual, dos comentários lexicais inseridos nesses diferentes tipos de discurso, a uma configuração localizada, que já se pode observar nos próprios viajantes, com a elaboração de listas de palavras com comentários ou explicações (Nunes 1996: 12)

Nesse sentido, o saber lexicográfico que marcou o período colonial brasileiro constituiu-se, em parte, de documentos que procediam a descrições das coisas da terra, recorrendo, por vezes, para tanto, a um discurso de tipo lexicográfico. Essa é, aliás, uma das marcas discursivas dos documentos elaborados então, o que contribuiu para a construção de um saber sobre as coisas, suas denominações e conceitos. Na obra de Pero de Magalhães Gandavo, por exemplo, o Capítulo V é dedicado à flora brasileira e a outros aspectos relacionados à alimentação. Nele inúmeras plantas medicinais são descritas, como é o caso da copaíba, cujas propriedades podemos ler no texto desse autor:

HISTORIA DA PROVINCIA

mantimentos que na terra se comem : ha outras de que os moradores fazem suas fazendas , conuem a saber, muitas canas daçucré & algodoaes, que he a principal fazenda que ha nestas partes , de que todos se ajudam & fazé muito proveito em cada húa destas capitancias , especialmête na de Paranambuco, que sam feitos perto de trinta engenhos, & na da Bahia do Salvador quasi outros tantos, donde se tira cada hum anno grande quantidade daçucres, & se dá infinito algodam, & mais sem cõparaçam q̄ em nenhúa das outras . Tambem ha muito pao brasil nestas capitancias de que os mesmos moradores alcançam grande proveito : o qual pao se mostra claro, ser produzido da quentura do Sol, & criado com a influencia de seus rayos, porque nam lê acha se nam debaixo da Torrida zona : & alsi quãto mais perto está da linha Equinocial, tâto he mais fino & de melhor tinta . Esta he a causa porque o nam ha na capitania de S. Vicente, nem dahi para o Sul.

¶ Hum certo genero de arvores ha tambem pelo mato dêtro na capitania de Paranambuco a que chamam Copahibas de q̄ se tira balfamo muy salunfero & proveitoso em extremo pera infirmidades de muitas maneiras, principalmente nas que procedem de frialdade causa grandes effectos & tira todas as dores por graues q̄ se-
jam em muito breuc espaço. Pera feridas ou quaesq̄
outras chagas, tem a mesma virtude: as quaes tanto que
com elle lhe acodem, sam muy de pressa, & tira os si-
nacs

Propiedades
medicinais da
copaíba

Jean de Lery, em sua *Viagem à terra do Brasil* (1578), procura contar apenas o que “vê, ouve e observa”. Anexo à obra encontra-se o *Colóquio*, onde podemos encontrar um dicionário tupi-português. Sua nomenclatura compõe-se, em parte, de frases em forma dialogal, típicas dos dicionários bilíngües de viajantes. Outros verbetes, porém, têm como programa de informações a entrada em tupi, seu equivalente em português e uma definição entre parênteses, como podemos observar no exemplo abaixo:

Tapirusú: Tapir grande. (Animal semi-asno, semivaca, assim chamada por eles) (Lery 1980: 278).

Fernão Cardim, em seu livro *Tratado da Terra e da Gente do Brasil* (1583), procede à descrição de muitas coisas sob uma forma dicionarística, embora em texto corrido:

Uçá-uçá é um gênero de caranguejos que se achão na lama, e são infinitos, é o sustentamento de toda esta terra, maxime dos escravos da Guiné, e índios da terra (Cardim 1980: 51).

Falamos aqui de *forma dicionarística* na medida em que as informações acima se dispõem na seqüência **entrada** (*Uçá-uçá*) + **enunciado lexicográfico** (definicional/enciclopédico), ambos ligados por uma cópula explícita (verbo ser: *é*).

Gabriel Soares de Souza, em seu *Tratado Descritivo do Brasil*, de 1587, também descreve certas espécies da fauna brasileira em forma semelhante a de um verbete:

Jaguapitanga é uma alimária do tamanho de um cachorro, de cor preta, e tem o rosto de cordeiro; tem pouca carne, as unhas agudas, e é tão ligeira que se mantém no mato de aves que andam pelo chão, toma a cosso, e em povoado faz officio de raposa, despoeva uma fazenda de galinha que furta (Souza 1987: 247).

Nesse caso, a “microestrutura” apresenta um modelo semelhante ao do exemplo anterior, ou seja, uma entrada (*jaguapitanga*) + enunciado definicional, ligados pela cópula *é*.

As obras que levantamos acima não tratam especificamente de Medicina: descrevem a natureza e o modo de vida das populações locais. Outras, porém, dedicam-se a temas mais pontuais, ligados mais diretamente à Medicina, destacando-se dentre elas:

1613	Pero de Castillo	<i>Nomes das partes do corpo humano, pella lingua do Brasil, cõ primeiras, segundas & terceiras pessoas & mais differenças q nelles ha; mujto necessarios aosconfessores que se occupão no menisterio de ouuir confissões, & ajudar aos jndios onde decontino serue. Juntos por ordem alphabetica, pera mais facilmente se achare, & sabere; pellopadre</i>
------	------------------	---

1623	Aleixo de Abreu	<i>Tratado de las siete enfermedades</i> (Lisboa)
1648	Romão Rosia Reinhipo (pseud. Simão Pinheiro Mourão)	<i>Tratado único das bexigas e sarampo</i> (Lisboa)
1648	Guilielmi Pisonis, Georgi Marcgravi de Liebstad, Ioannes de Laet	<i>Historia naturalis Brasiliae</i> . Lugdum Botavorum : Lud. Elzevirium, [5], 122, [1], 253, [7] p., [8] f. de lams. : il. ; 42cm [in folio]. Pagina de rosto gravada, capitais e vinhetas ornamentais
1694	João Ferreira da Rosa	<i>Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco</i>
1716	J. C. Semedo	<i>Polyanthea Medicinale</i>
1770	Padre Francisco Lima	<i>Dioscorides brasiliicus de medicinalibus brasiliae plantae</i>
1803	Bernardino A. Gomes	<i>Observações Botanico-Medicas sobre Algumas Plantas do Brasil</i> (Lisboa)

Essas referências constituem-se, em sua maior parte, de compêndios que descrevem doenças. Neles a terminologia médica se apresenta sob a forma científica (em latim), em português, línguas indígenas e outras. Dentre essas obras encontra-se um dicionário médico. De fato, podemos considerar a obra de Pero de Castillo, de 1613, como o primeiro dicionário de Medicina brasileiro. Devido à importância desse trabalho, ater-nos-emos a ele mais adiante. Outra obra que merece destaque é a *Historia Naturalis Brasiliae*, que também analisaremos a seguir.

Se observarmos os locais de publicação das obras acima mencionadas, verificaremos que, até o início do século XIX, boa parte delas era editada em Portugal ou em outra cidade européia, uma vez que não era permitido publicar no Brasil Colônia. Essa situação só se modificou com a instalação da Família Real Portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808.

Seguindo o mesmo raciocínio aplicado às obras anteriormente vistas neste trabalho, as que se encontram na lista abaixo também se caracterizam por estudos de natureza médico-botânica nos quais que a termi-

nologia científica e popular designativa das enfermidades e plantas medicinais é descrita e definida. Muitas delas, porém, já foram publicadas no Brasil:

1836	A. L. P. da Silva Manso	<i>Enumeração das substâncias brasileiras que podem produzir a catarse</i> (Rio de Janeiro)
1843	Martius	<i>Systema Materiae Medicae Vegetabilis Brasiliensis, Index Nominum Plantarum. Natureza, doenças, Medicina e Remédios dos índios Brasileiros</i>
1844	K. F. Ph. Von Martius	
1854	Henrique Veloso d'Oliveira	<i>Systema de Materia Medica vegetal brasileira contendo o catálogo e classificação de todas as plantas brasileiras conhecidas - obra utilíssima e ilustrativa extraída e traduzida das obras de C. Phil. Martius, Índice alfabético das plantas</i> (Rio de Janeiro)
1871	Joaquim Monteiro Caminhoá	<i>Das plantas tóxicas do Brasil</i> (Rio de Janeiro)
1877	J. M. Caminhoá	<i>Elementos de Botânica Geral e Médica</i> (Rio de Janeiro)
1881	Mello Moraes	<i>Phytogeographia ou Botânica Brasileira Aplicada à Medicina, às Artes e à Indústria</i> (Rio de Janeiro)
1888	Theodoro Peckolt e G. Peckolt	<i>História das Plantas Medicinais e Úteis do Brasil.</i>

Assim, percebemos que no século XIX a descrição da flora brasileira com propriedades medicinais atraía de modo particular cientistas brasileiros e estrangeiros. Aliás, esse tema é, até hoje, de interesse de inúmeras pesquisas. Muitas dessas obras dispõem dados sobre termos médicos sob a forma de enunciados definicionais, apresentando, portanto, um discurso lexicográfico em seu interior.

Entre os naturalistas que efetuaram pesquisas sobre a fauna, a flora e os povos do Brasil existia uma preocupação com a língua. O fato de

seu objeto de estudo constituir-se de elementos ou questões ligadas a uma realidade desconhecida ou pouco conhecida do público-alvo de sua obra obrigava-os a tratarem, de um ponto de vista lingüístico, as unidades terminológicas que designam esses elementos. Nesse sentido, os autores lançam mão de um discurso lexicográfico ou de constituição do léxico especializado.

3.1. *A HISTORIA NATURALIS BRASILIAE*

Guilherme Piso (1611-1678) e Georg Marcgrav (1610-1644) são os autores principais da obra magistral *Historia Naturalis Brasiliae*, publicada em 1648 na Holanda. Essa compõe-se de quatro livros dedicados a questões médicas –*De Medicina Brasiliensi*– de autoria de Piso (*I. Dos ares, das águas e dos lugares (do Brasil); II. Das doenças endêmicas; III. Dos venenos e antídotos e IV. Das faculdades dos simplices*) e de oito livros de Marcgrav: três dedicados ao estudo das plantas, um aos peixes, um às aves, um aos quadrúpedes e serpentes, e um à região e seus habitantes. As notas dispersas desses autores foram organizadas e receberam dados suplementares de João Laet (1593-1645).

Piso era membro da missão científica enviada pela Holanda ao Brasil no período em que vasta região, que vai de Pernambuco ao Rio Grande do Norte, ficou sob o domínio holandês (entre 1630 e 1654). Procedeu a um estudo científico aprofundado sobre doenças, remédios, propriedades medicinais de plantas, venenos e antídotos, características do ar e das águas do Brasil do século XVII, só tendo sido superado muitos anos mais tarde e, em alguns aspectos, nunca superado. Sua obra é considerada como fundadora da Medicina Tropical no Brasil e no mundo. Ao longo dos capítulos, freqüentemente o autor fornece informações de caráter lingüístico ou metalingüístico, notadamente no que concerne às diferentes designações em uma mesma língua (sinônimos ou parassinônimos) de uma espécie da flora, da fauna ou de doenças. Exemplos:

Segue-se agora a árvore silvestre *Embira* ou *Pindaíba*, como lhe chamam os índios (Piso 1948: 80).

Alguns portugueses lhe deram o nome de *Pao velho* e *Pao mole* por ter o córtice muito mole e rugoso (Piso 1948: 90).

Em diversos momentos o autor aponta equivalentes em diferentes línguas, notadamente em indígena, português e holandês, mas também em espanhol e congolês, como podemos observar nos exemplos abaixo:

Além dessa, a *Tatajba* ou *Pau amarelo*, a *Arariba*, de casca vermelha, o *Jacaranda*, a *Antuniba* ou **cedro branco**, e muitas outras, ótimas para a feitura e construção de embarcações impermeáveis à água e de longa duração (Piso 1948: 6).

O chamado *Cunapu*, *Nero* pelos portugueses e *Jacob Evertsz* pelos holandeses, se encontra tanto no mar como nos rios (Piso 1948: 12).

O *Inhame de S. Tomé*, denominado pelos índios *Cará* e pelos congolenses *Quiquoaquecongo*, é planta de caule quadrado e um pouco torto de espaço a espaço (Piso 1948: 104).

Em diversas situações, a indicação de sinônimos ou de equivalentes se faz acompanhar de informações sobre a etimologia ou, mais propriamente, sobre a motivação da designação:

Entre as doenças crônicas é comum no Brasil a que ataca os nervos e produz profundo torpor dos membros. Os portugueses lhe chamam *Air* (sic) **por nascer da inclemência do ar, de uma incompleta obstrução e da intempérie fria das partes nervosas** (Piso 1948: 23).

Em primeiro lugar, a serpente *Boicinininga*, chamada pelos espanhóis *Cascavel* e *Tangedor*, **por emitir da cauda um somido como de guizo**; vê-se tanto pelas estradas como pelos lugares desertos; move-se em tão célere reptação, que mais parece voar (Piso 1948: 47).

A disposição dos dados nos capítulos assemelha-se, não raro, a verbetes de enciclopédias, como se vê na figura que segue:

CAPÍTULO XXII

DOS MALES EXTERNOS CAUSADOS POR ALGUNS INSECTOS

BICHO DOS PÉS

Esta terra cria uns minutísimos vermiculos chamados *bicho* pelos portuguezes e *tingu* pelos indigenas. Multas vezes com prurido e raro com dor, criam-se nas extremidades dos dedos dos pés. Atacam sobretudo e de preferéncia os que andam descalços e perambulam por lugares arenosos, onde, por serem mui quentes, gostam de viver invisíveis; evitam os pavimentos de pedras. A princípio ficam latentes durante algum tempo no exterior da pele. Logo, causando grande prurido, sobretudo nas plantas dos pés, penetram sem dano e nela se acoutam. Nada têm de comum

com os vermiculos da Guiné que, longos, largos e esbranquiçados, lembram a figura de cordões. Ao passo que estes, pequenos, escondidos dentro um pouco mais profundamente e encerrados numa vesícula orbiculada, apresentam-se negrejantes e é necessário examiná-los no microscópio (220); pois do contrario não poderiam ser percebidos com precisão, sem por olhos perspicazes. Então, quando se verifica que atingiram um tamanho justo, e depois de três ou quatro dias, então é sobretudo necessário tratar da excisão, o que mui facilmente costuma ser feito pelas indigenas ou pelos pretos, com a ajuda apenas de um alfinete ou de um ponteiro de prata. A precaução a empregar é extrair o verme todo, incluso na membrícula, nem de não difundir-se em humos viscosos nãe contido, o que muitas vezes acontece; porque então surgem novos accidentes à porté atacada. Para pôr a vesícula, logo se geram novos vermes, que coagem as partes vizinhas liças. E então não menos calamitosos são os que se criam na Guiné, e mesmo me lembro de haverem causado até a gangrena, a ponto de não de uma vez ter-me visto obrigado a amputar os dedos do pé. Tive occasião de ver num nosocômio soldados com a pele calosa do calcâneo do pé, onde se obrigaram indormes bichinhas, profundamente cortada. O remédio com que, por precaução, portuguezes e indigenas untam as plantas e os dedos dos pés, é aquelle mui côctico dito das glandes, que nasce com as frutas das árvores *Acouji*. Essa oleo é extrahido das glandes verdes e cruas; pois, amadurecidas, perdem a qualidade côctica e antes servem de alíciã a gula, que de remédio a este mal. As lígrinas das árvores amarela chamada *Comacari*, applicadas ao mesmo mal, aproveitam. O que vemos também fazer a marinagem como o pez dos navios (221).

MARIBONDA, em portuguez. COPURUÇU, em língua indigena.

Os ferocísimos enxames de vespas, que nidificam nas árvores, gostam de perseguir, não o gado, mas os viajantes, embora estes ponham-se a salvo; mas quando irritadas, não poupam nem aos tropeis de cavalea, e são chamadas pelos espanhols *maribonda* ou *maribondas*. Os ninhos, que constroem nas extremidades dos ramos aproveitam-se como remédio, applicando-se com grande êxito contra as afecções frias, tanto interna como externamente. Não dissimilantes em grandeza e figura, das vespas europeias, são mais danosas que todos os moscardos e tavões. Estes insectos nocivos são velocísimos; no mesmo momento atacam, picando de rijo a face com o ferro, e voam. Donda dores atrocesimas acompanhadas de grande ardência, durante mais de uma hora, causando rubor e inchamento da pele. Mui existe algum remédio bastante conveniente e prompto a tão grande sofrimento; pois, um refrigerante o ardor por meio de bálsamos indigenas e com um certo unguento refrigerante de *Imbatã*; outros, com cauterias potenciaes (222).

MOSCITES, em portuguez. MARIGUÉ, em língua indigena.

Há, além d'este, outro género de vermiculos alados, pretos e tão peguemas que de ordinário o sentido do tacto os percebe antes do da vista. A modo dos mosquitos, vivem gregários. Nunca apparecem senão quando há grande calma, sobretudo à tarde; apagam-se, nas proximidades dos rios, às árvores paludosas chamadas *mangues*. Estes insectos molestísimos são com razão temidos igualmente por todos os habitantes; porque assaltam e picam a ponto os agricultores de não só lhes atacar com dolorosas picadas os membros nus como os levemente vestidos, a lembrarem pontas de agulha. Numa canoa em que alguns espanhols subiam comigo lentamente um rio, as nossas faces incharam e se encheram de bexigas e subor, que não pudemos ser reconhecidas dos amigos. Lembra-me de um preto amarrado a um pau por ordem do dono e af abduzando por uma noite inteira (spanhoso género de aulicão) que só por accção das dores foi tomado de delírio no dia seguinte. Os que viajam pelas arribas e densos bosques do Brasil, onde apenas chegam já atenuadas as brisas marinhas, não recorrem a cautela mais immediata que o fogo e grandes foguetas; e também a bálsamos de *Copeiba* e *Cabureiba*, com que untam os membros nus. Antes de hora e meia ordinariamente desaparecem os humos e as picadas, carentes que não se tratam nas partes leas com excessivas friçoes ou aspersões de água fria. As dores principalmente se acalmam com macilagem de cardo litorâneo, e também com aerva *Pagámbaba* e *Imbatã* e com outras succos espessados do mesmo género, dotados de qualidades frígidas e anódinas (223).

A illustração acima permite constatar a semelhança entre a distribuição dos dados no Cap. XXII do Livro II e verbetes de dicionários enciclopédicos. Se identificarmos o texto acima com verbetes, podemos dizer que o programa de informações dos mesmos é o que segue:

Entrada: termo em português, em maiúsculas e em negrito: microparadigma constante; **Equivalente:** termo em língua indígena, em maiúsculas e em negrito: microparadigma não-constante (em *bicho do pé*, somente o termo em português é dado); **Enunciado lexicográfico (enciclopédico):** microparadigma constante.

A separação entre os “verbetes” se faz por espaços em branco. Essa disposição no interior de um campo temático (*Dos males externos causados por alguns insetos*) segue, inclusive, a ordem alfabética das entradas em português: *bicho dos pés*, *marimbonda*, *mostices*. Outro exemplo de semelhança com um dicionário é o encontrado no Livro III:

DA MEDICINA BRASILEIRA — LIVRO III 49

BOITIAPO

Boitipô para os Indios; para os portugueses, *Cobra (sic) de Cipo*, é serpente apena da grossura de um braço, de sete pés de comprimento, cor azetionada, mantença de rês. Muilíssimo venenosa, causa males igualmente calamitosos como os produzidos pela mordida da *Cacureta*, porque com a mesma força e do mesmo modo faz distilar sangue das extremidades dos membros. Mal cede a algum remédio, salvo talvez ao fogo ou ao ferro, constante que a parte lesa admita medicamentos de gênero tão violento (235).

IBIARA

A víbora *Ibitara* (vêde a figura no Marcgrávio) dos portuguezes lhe chamam *Cobra Vaga* ou *Cobra de das Cabeças*, por parecerem ter duas cabeças, o que é falso. O próprio Plínio foi enganado, que diz o mesmo dessa serpente, talvez por alheios relatos. E' comum e encontradiza, escondendo-se na terra sob os estufos. Alimenta-se de formigas; da grossura de um dedo, comprida de pé e meio e de cor argentea. Não mais virulenta que a sua medulla, embora não sem esperança de cura, usando-se tempestivamente dos suvos-remédios internos e externamente. Os quaes, como nenhuma alteração ocorre, penso superavacuo repeti-los tantas vezes.

IBIBOCCA



Chamam-lhe os Indios *Ibibocca* ou cobra bela; os portuguezes, *Cobra de Caris*; tem o comprimento de dois pés, da grossura porém do polegar, cor nívea, pintada de manchas negras e vermelhas. Venenissima, a sua picada não consume logo a vida, mas o evencimento progride lento. Curase com emplastro preparado com a cabeça da serpente e aposto eficazmente. O pó da planta *Nhami*, como o succo das folhas da *Casupe* e da *Coliata*, pingados na ferida, extraem o veneno (237).

BOIOBI

Chamada *Boiobi* pelos Indios, e *Cobra verde* pelos portuguezes, tem uma braça de comprimento e é da grossura do polegar; de cor de alho-porro e com um belo bulho. Costa de viver nas cascas e a ninguém faz mal, sem lo irritada; mas a picada é venenosa e mal cede a remédios embora excentes. Porém a raiz nodosa da erva *Caa-phi*, moída e tomada com água, é o succamento provitosa, e nítro caso, leva de muito vantagem ás outras ervas antidótas. Um soldado aquartelado, tendo por acaso pisado cent o pé uma destas serpentes escondida entre os arbustos, foi dela picado na coxa. Passados poucos dias se lhe inchou e tornou-se livido, por não ter produzido nenhum efeito a raiz da *Gaa-phi* e terem sido vãos todos os outros remédios ministrados; expirou na presença dos camaradas, não miseravelmente (238).

GANINANA

A serpente *Caninana*, de ventre amarello mas de dorso verde, com cerca de oito palmos de comprimento, é tida como das menos venenosas. Vive de ovos e aves. Comem-na pretos e Indios, depois de lhe haverem cortado a cabeça e a cauda. Do seu antidoto próprio nada se agora posso affirmar com certeza. Se a picada produzir algum mal, facilmente será curado com os alexiféricos communs, europeus ou indígenas, supra-mencionados. Á sua e outras mordidas ou picadas venenosas muitas vezes se deve applicar aquella decoção antidotal commum da raiz de *Iurepê*, com um boadinho de sal; também a fruta do *Ananas verde* esmagada e a modo de cataplasma. Enfin, se não surgir a necessidade, escripte-se a parte lesa e logo se lhe sobreponha um puntinho vivo (239).

IBIRACOA

A chãmada *Ibiracoa* pelos Indios é a serpente de cor variegada, insigne pelas suas manchas brancas, pretas e vermelhas. Muito venenosa a mordida, apresenta pessimos sintomas, como a do *Cacureta*, segundo nos informaram os Indios; pois, o sangue, immediatamente após a mordida, começa a escorrer dos ouvidos, narizes e olhos e se não socorrido, o ferido morre. Se o veneno ainda não attingiu o coração,

50 GUILHERME PISO

os mordidos saram com a carne da própria serpente cozida com raiz de *Iurepê*, *Iaberrê*, *Malia* Iso, *Caa-phi*, *Capyho*, acrescentando-se ramos de *Nhami* com vinho, e fazendo applicações internas. Ajuntose um remédio externo, preparado com a cabeça esmagada da própria serpe e com *Herva* de *Cobre* e os outros ingredientes acima referidos (240).

TAREIBOVA e CACANOVA

Enfim vêem-se duas cobras que vivem ao modo dos anfíbios, ora na lagosta, ora em terra; por isso podem com razão se chamar hídras ou cobras de água, embora não se considerem tão perniciosas como as mossas na Europa. Totalmente negras, nem muito grandes. Irriadas, mordem e infligem picada ferozmente curável. A primeira delas se chama *Tareibova*; a segunda *Cacanova*, de cor lívea, comprida de seis palmos, mais para tener dos agricultores, por lhes devorar as galinhas, do que por instilar no homem veneno letal. Cautela, para maior segurança, se algum veneno tiver, emborram-lhe a virtude as ervas *Nhami* e *Eru* de *Cobras*, apostas com arte (241).

CROCODILO

Os crocodilos vivem nos escondijos dos rios e das lagoas, semelhantes aos africanos, mas muito menores; raro excedem cinco pés de comprimento. Chamam-lhes *Iscari* os Indios e os nesses, *Coyman*. Atacam os nadadores com a goela escancarada, causando-lhes grandes feridas com os dentes agulhados. Essas cicatrizam com remédios vulgares, sobretudo poém com a gordura do próprio animal. Tanto mordidos como não-mordidos, caçam os crocodilos com sumo afi; parte, por causa da virtude medicinal da gordura; parte, por causa dos seus testículos, que vendem por elevado preço, por cheirarem fortemente a mirrólio. Também as tripas d'este *Iscari*, secas e reduzidas a pó, as aplicam os Incolas contra as doenças do cálculo. Os ovos, que põem frequentemente acima de vinte ou trinta, excedem em tamanho os dos ganados, e são procurados e comidos não só dos bárbaros, mas também dos nossos soldados. O nesso entendendo dizer da carne estragada do crocodilo (242).

BIBORA

Dentre a tida grande multidão de lagartos encontrados a cada passo nas selvas e nos estufos das cascas, o unico apenas que se sabe de certo ser venenoso é o chamado *Bibora*. Não muito dissemelhante dos outros lagartos, é porém menor, tamanho, apenas excede, como decto maior. De pele cinzenta e antes firme e brando. O corpo e todos os membros são muito grossos e pesados de veneno; a cauda enfim é muito mais breve e larga. A chaga por elle causada estude uma snté dilata e fta, acompanhada de um tumor livido, cartilago, cólicas e grandes dores. Ainda não se se descobriu um antidoto próprio a este mal. Por onde, desses padecimentos e outros devem ser eliminados pelos alexiféricos communs, tanto exóticos como indigenas (243).

ESCOLOPENDRA. AMBUA. ESCORPIÃO.

As escolopendras grandes e pequenas, bem como os centípedos bistratos chamados *Ambua*, que se arrastam serpeando, são incluídos na classe dos animais venenosos. Aquelles metem-se pelas cascas. Estes vivem nas selvas, e atacam não só os hortaliças como também o homem. Os escorpões tido semelhantes aos europeus, embora não tão nocivos, e por isso as suas picaduras de cura menos difficil. Porém como a natureza d'estes três insectos e a cura das suas mordidas foram tratadas frequentemente pelos autores, antes de mim, nem me occorre nada para maior illustração, aqui me detenho. Porque só o óleo, que absorve as qualidades d'estes animais, se lhes applica com bom exito ás mordidas ou picadas (244).



NHANDUAGUACU

Aqui se acha, do gênero das aranhas, uma, monstruosa e de estúpida grandeza (talvez a mesma que Plínio refere ser encontrada nas Indias, do tamanho de um parafú). Nidifica nos estufos e nas concavidades das árvores velhas, e é chamada *Nhanduaguacu*. Ainda não se verificou se tece, ao modo das outras menores. Muda de pele; negra e hirsuta, armada de dentes acuminados e muy longos, apreendida

Como podemos observar nas páginas acima, os dados são organizados em blocos separados entre si por espaços em branco, em forma de verbetes, que se seguem na vertical (organização típica da macroestrut-

tura dos dicionários). Na horizontal, o programa de informações da “microestrutura” respeita a seguinte seqüência:

Entrada: em maiúsculas, em negrito, centralizada, acima do texto: microparadigma constante;

Enunciado lexicográfico: microparadigma constante. Compõe-se das seguintes zonas: **Entrada (em forma discursiva):** termo em língua indígena: microparadigma não-constante; **Equivalente (em forma discursiva):** termo em português: microparadigma não-constante; **Enunciado definicional e/ou enciclopédico:** microparadigma constante; **Ilustrações:** microparadigma não-constante.

O discurso lexicográfico está, portanto, presente na obra de Piso, assim como o de constituição do léxico especializado, como se observa em sua preocupação de apresentar sinônimos, equivalentes e etimologia de termos que designam doenças, espécies da flora e fauna.

3.2. A VIAGEM FILOSÓFICA

A flora e a fauna brasileiras, inclusive de uso medicinal, foram descritas na *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*, efetuada entre 1783 e 1792, por Alexandre Rodrigues Ferreira. Esse brasileiro, nascido na Bahia em abril de 1756, empreendeu, por solicitação de Dona Maria I, a famosa viagem ao Brasil, cujo objetivo era recolher material e fazer observações naturalistas, filosóficas e políticas sobre tudo o que encontrasse na terra. Ferreira teve o desgosto de vivenciar a usurpação de seu trabalho pelo naturalista francês Geoffroy de Saint-Hilaire e de não ver sua obra publicada.

A análise de *Viagem* permite-nos observar o recurso freqüente a um discurso lexicográfico, uma vez que os dados são organizados em capítulos temáticos e, no interior desses, dispostos sob a forma de verdadeiros verbetes, como podemos constatar na figura abaixo:

VII. RELAÇÃO DOS ANIMAIS QUADRÚPEDES, SILVESTRES, QUE HABITAM NAS MATAS DE TODO O CONTINENTE DO ESTADO DO GRÃO-PARA, DIVIDIDOS EM TRÊS PARTES: PRIMEIRA, DOS QUE SE APRESENTAM NAS MESAS POR MELHORES; SEGUNDA, DOS QUE COMEM OS ÍNDIOS EM GERAL E ALGUNS BRANCOS QUANDO ANDAM EM DILIGÊNCIA PELO SERTÃO; TERCEIRA, DOS QUE NÃO SE COMEM

PRIMEIRA

OS MAIS UTILIZADOS NA ALIMENTAÇÃO EM GERAL

1. *QUEIXADA* — porco bravo ou do mato, que nunca atinge o tamanho dos porcos domésticos. Sua carne é excelente, feita de qualquer forma seja: cozida, assada, frita ou afogada.

2. *QUEIXADA-BRANCA* — Idêntica à acima diferenciando-se por ser mais brava e por ter o queixo branco.

3. *CAITETU* — menor que os antecedentes.

Dos porcos do mato em geral os índios do Rio Branco fazem colares e brincos com seus dentes, e suas presas são utilizadas em trabalhos de braganças.

4. *PACA* — animal com pele toda pintada de branco e carne muito gostosa, feita de qualquer maneira.

5. *VEADO-BRANCO* — a carne do veado branco, tida como seda, é muito gostosa quando estão gordos.

As peles curtidas são excelentes para assentos de cadeira e os sertanejos as usam muito para vestimenta, calções ,etc., etc. A pele do veado mateiro substitui a falta de sola por ser mais grossa. Os seus habitats são diferentes, porque, embora supostamente habite as matas, cada espécie tem locais prediletos onde costuma pastar, uns nas campinas, outros nas lagoas, outros nas capoeiras, outros nas matas virgens.

Não há homogeneidade no que concerne ao tipo de informação veiculada pelos enunciados definicionais, porém alguns apresentam adequação ao domínio e, sobretudo, ao campo conceptual no qual se inserem. É o caso das definições dos termos que designam espécies da

fauna utilizadas na alimentação. Essas iniciam-se com uma descrição das características físicas dos animais e concluem-se com a especificação de suas qualidades enquanto alimento, como em *queixada*, *paca* e outros. No último trecho da página 133 e até à metade da página 134, Ferreira lista os termos que designam pessoas que se tornaram monstruosas por meio de algum artifício, dando a eles definição. Na segunda metade da página 134 e seguintes, descreve termos que designam pessoas monstruosas por natureza:

— 134 —

d — TURAZ e CARIPUNAS do rio Madeira.

Com um furo na cartilagem que divide interiormente as ventas. Relação do Rio da Madeira. Tit.

e — GAMELA

Com o lábio inferior rasgado circularmente e distendido por uma rodela de madeira, ficando orlada com o lábio em forma de gamela. Há muitas nações de gentios com os lábios e as orelhas furados.

f — JURUPIXUNA ou BOCA-PRETA

Com a face mascarada de cinza das folhas da palmeira *Pupunheira*. Memória de 20 de fevereiro de 1787.

g — MAUÁ

Com o ventre espartilhado e cingido pelas entre-cascas das árvores. Memória de 20 de fevereiro de 1787.

h — TUCURIA

As mulheres com o clitóris castrado.

MONSTRUOSOS POR NATUREZA

i — CATAUXI ou PURUPURU

Com as mãos e os pés malhados de branco. Memória de 4 de junho de 1788.

I — Será certo, que entre as muitas nações de gentios que habitam no Juruá, confluyente do rio Solimões, existe a dos CAUANAZ, espécie de pigmeus de estatura tão curta, que não passam de cinco palmos?

II — Será certo, que a dos UGINAS, no mesmo rio, consta de tapuias *caudatos*? Veja-se a certidão abaixo:

«Frei José de Santa Thereza Ribeiro, da Ordem de Nossa Senhora do Monte do Carmo, da antiga observância, etc. Certifico e juro *in verbo sacerdotis* aos santos Evangelhos que, sendo eu missionário na antiga Aldeia de Paravari, a qual depois se mudou para o lugar que hoje se chama Nogueira, chegou à dita Aldeia, no ano de 1751 ou 1752, um homem chamado Manuel da Silva, natural de Pernambuco ou da Bahia, vindo do Japurá com alguns

Aqui o autor apresenta um verdadeiro dicionário de termos que designam pessoas que, por natureza ou por qualquer artifício, tornaram-se monstruosas. O modelo de enunciado definicional não é homogêneo, indo da definição propriamente dita (como, por exemplo, em “*Tucuria: as mulheres com o clitóris castrado*”) a um enunciado que ultrapassa o enciclopédico, assemelhando-se ao de dicionários críticos ou analíticos, como nos itens I e II do verbete dos termos *catauxi* ou *purupuru*. Esses dados referem-se a pessoas fisicamente monstruosas, o que é o objeto privilegiado de estudo de uma das áreas médicas, a Teratologia.

O recurso ao discurso lexicográfico é, portanto, freqüente na obra de Ferreira e de Piso, assim como de outros naturalistas; já em estudos médicos feitos por Von Martius, naturalista do século XIX, observa-se mais um discurso de constituição do léxico especializado, como veremos a seguir.

3.3. A NATUREZA, DOENÇAS, MEDICINA E REMÉDIOS DOS ÍNDIOS BRASILEIROS (1844), DE KARL VON MARTIUS

A Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros, obra de Karl F. Ph. Von Martius, foi publicada originalmente em 1844 em Munique (Alemanha). Esse documento é um dos mais completos no que concerne à saúde dos índios brasileiros do século XIX. As questões tratadas vêm sempre acompanhadas de dados sobre as designações indígenas, portuguesas e científicas, como podemos observar nos exemplos abaixo:

1. Febre: No que propriamente se refere á febre, já dissemos que a natureza apathica e indolente do índio e a pouca energia das funções nervosas não correspondem ao desenvolvimento das formas mórbidas, supportadas ou reflectidas pelo systema nervoso. Como caracter mais geral póde, neste particular, ser citado que o selvicola brasileiro não apresenta periodicidade muito decisiva em todas as suas doenças. **Por isso, as febres intermitentes – taçúba em tupi, são mais raras do que as remittentes – taçúba-ayaba. A febre terçã – taçúba-ryry, é ainda, mais rara do que a quartã** (Von Martius 1939: 103).
2. Variola: De acordo com todas as informações fidedignas, a variola era completamente desconhecida pelos índios, antes do povoamento português. Agora, porém, com a mais tremenda rapidez e deshuma-

nas conseqüências, se alastra até aos mais remotos ermos, e cada tribu conhece e teme essa doença, como se fôra o mais pernicioso veneno para seu sangue. Na língua tupi é chamada – *Mereba-ayaba* = **doença maligna** (Von Martius 1939: 97).

3. Espinhela: Outra doença chronica da digestão que por vezes observamos, nos índios, principalmente nos civilizados, descendentes dos tupis, nas Províncias da Bahia, Pernambuco e Maranhão, foi a reentrância do appendice xiphoide. Piso já havia mencionado esse mal como doença endêmica, – *espinhela*, **assim chamada pelos portugueses, e por elle – prolapsus cartilaginis mucronatae** (Von Martius 1939: 113).

4. Os conhecimentos anatomicos dos índios brasileiros se reduzem a estas occupações grosseiras. Conhecem os grandes órgãos no interior das cavidades e lhes dão nomes especiaes, muitas vezes bem significativos. Por exemplo, em tupi, os pulmões são chamados *pya bubúi* (figado fluctuante); o estomago *cigiê-assú* (grande estomago); o intestino *cigiê-mirim* (pequeno estômago) (Von Martius 1939: 216).

Ao longo da obra, as observações de caráter lingüístico e metalingüístico passam a ser mais freqüentes e mais profundas: além da indicação de equivalentes em duas ou mais línguas, o autor procede a análises da etimologia e do processo de formação das palavras, como poderemos observar na ilustrações que seguem:

340

americanos. E' chamada *maníaba* em tupi, ou *mandiba* no sul, em dialecto guarani. Tem o mesmo nome entre os Caraibas continentaes; na lingua do Haiti se chama *juca*, e a farinha (tupi — *bejú*, caraba *meioú*) *hiere*.

Entre os Chaymas e os índios Cumanagotos da terra firme, chama-se a planta *quicharapo* e a raiz *quichere*.

2.º — *Manihot aypi* Pohl., tupi *aypin*, mandioca mansa, não venenosa. Dizem não ser originaria do Haiti, na opinião de Ovidio. Lá é chamada *batata*; entre os Chaymas, *casé* ou *cachite*; no Mexico, *huacamote*.

3.º — O milho, *Zea mais* L., não encontramos cultivada no Brasil outra especie, a não ser a conhecida entre nós. No Paraguay e nas Províncias do sul do Brasil se cultiva tambem a *Zea crypsosperma Bonafous* (*Zea mais*, var. *tunicata* S. Hil.), cujos grãos na espiga se acham cobertos de escamas membranosas. Isto tem maior importancia pela circumstancia de se poderem distinguir, actualmente, maior numero de especies do genero *Zea*, do que as cultivadas nas diversas regiões do Novo Mundo. Assim, não se conhece apenas a *Zea curagua* — já descrita por Molina, com folhas serrilhadas, do Chile (chileno Gua), porém outra, com folhas peludas, *Zea hirta* Bonafous, da California, *Zea erythrolepis* Bonafous, que se distingue pelas escamas vermelho-ferrugem do sabugo, das regiões do Missouri e, finalmente ainda algumas de todas estas varias especies do Mexico.

Na lingua do Haiti se chama milho — *makis* (o qual seja dito de passagem, segundo testemunhas autenticas, foi trazido no anno de 1204 de Anatolia, para o con-

gado de Montserrat). Entre os Caraibas das Antilhas chama-se *auachi*, *goazi*, *mariri* e nos do continente — *acouassi*. Os Chaymas conhecem por: *annae*, *ayase* ou *yurar*, os Aztecas por *tlaoiti*; os Tupis por *auaty* — ou *uba-tim*, o que quer dizer: gramen rostratum (101).

4.º — Varias especies de batatas, *Convolvulus batatas* L. e affins; Tupi: *jetica* (Heitich), Haiti: *batata*; Carai-ba: *napi*; Azteca: *camotli*.

5.º — *Corá* em tupi, *igname* no litoral de Paris, no Haiti *ajé*; são especies de Dioscoreas sarmentosas que produzem tuberculos comestiveis, por exemplo: *D. alata*, e outras. Mencionamos não ser conhecido pelos aborigenes brasileiros outro tuberculo, chamado, não sabemos porque, *tupinambú* o *Helianthus tuberosus* L.

Corrêa já observou (Humb. Mouv. Esp. II. p. 409), que a planta não vegeta em estado silvestre no Brasil. Sua patria deve provavelmente ser procurada em Buenos Ayres, se não se demonstrar ser o Mexico.

6.º — *Taiá* — *tayiba*, *mangaras*, são nomes tupis das aracaes mansas mucilaginosas e feculentas, que são utilizadas como legumes, quando cozidas. — (*Colocasia antiquorum* e *esculenta*, *Caladium poecilae*, *sagittifolium*, etc.). No Brasil, essas plantas são conhecidas por *inhame*.

7.º — *Mundubi*, *mandubi* dos tupis, *mani* no Haiti. *Arachis hypogaea*, é comido crú e torrado. Fornece oleo apreciado.

(101) Milho *saburo* — *oboliantas*. Dicc. Braa. Port. E' possível que *obá-tim* seja erro typographico; o certo é *abati* — milho. (Nota de Pirajá da Silva).

botanique à leur façon, mais elle sert d'auxiliaire au botaniste. Ils emploient, pour distinguer les plantes, des mots tirés de la couleur, de la dureté, de la forme, de l'utilité, de la grandeur, etc.: comme un botaniste, toujours un caractère saillant les guide". B. Rodrigues — 1882 pg. 22. "A falta de inteligência, a falta de hrio e de honra, a sua pouca actividade, que lhes lançam em rosto os escriptores, no que o vulgo aliás acredita, não são mais do que véos que encobrem muitos crimes, e, para se justificar o procedimento barbaro dos que se dizem civilizados". Mbat-Kã. pag. 1.

"Em outros trabalhos sempre fiz a apologia da classificação indigena, cuja nomenclatura é usada nos termos de sua lingua, sonora, expressiva e que se presta á formação dos nomes, com muita propriedade e mesmo com mais euphonia do que muitos fornecidos pelo grego e pelo latim a lingua classica da botanica. Parecendo á primeira vista termos de difficil pronuncia, de uma lingua barbara, contudo são tão barbaros como os que a sciencia emprega, tirados das linguas classicas e mortas". "A boa e exacta applicação dos nomes e a sua intelligente composição, exprimindo perfeitamente, como se fóra em grego ou latim, uma propriedade da planta, dão-nos uma idéa muito lisongeira da intelligencia e da agradeza do espirito dos selvicos".

"Dizem os Padres do Seminario de Assumpção, no Prologo da Grammatica do idioma Guaraní, tratando da belleza da lingua: "Las plantas sacan su nombre de la forma que affectan o de la virtud que las caracteriza; assi que basta saber su nombre para saber tambien el uso que de ellas se puede hacer". Op. cit. pgs. 19-17-41.

O sabio brasileiro Dr. Barbosa Rodrigues, deve ser admirado ainda por mais esta modalidade do seu profundo saber. O livro citado é um eserinio scientifico onde se encerram muitas observações ethnobotanicas recolhidas entre os Karaní e os Tapiyi. Acreditamos mesmo ser o primeiro livro brasileiro no genero. (Nota de Pirajó da Silva).

Como prova do pequeno intercambio entre povos do Mexico e do Brasil, falam as circunstancias de não serem conhecidas neste paiz, conforme referimos, muitas especies e principaes variedades do milho, que no Mexico e paizes vizinhos ainda são cultivadas, além da especie comum, e de os indios brasileiros nunca terem usado o nome *Solanum lycopersicum* L., em azteca *tomatl*, em *mapoteka peihóri* e as especies mexicanas de anonas, de *mapotis* e abios (*Achras* e *Lucuma*).

Uma pesquisa etymologica dos nomes das plantas brasileiras que vegetam selvaticamente, entre outras cousas, deve realçar a circumstancia de que muitas dellas são denominadas por simples radicaes, ora pertencentes a uma especie, ex: *andá* — *Anda brasiliensis*, ora a varias affins, como: *yitó* ou *utú* (*Guarea*), *imbú* ou *ambú* (*Spondias*); e que ao contrario disto, porém, a maioria dellas traz nomes compostos.

As palavras *caá*, folha ou herva, *üva* ou *oba*, em dialecto guaraní Y, planta, *ibira* — arvore, *ipé* — planta repadeira, cipó, liana, apparecem frequentemente: assim — *caá apaba* — folha chata — *Piper peltatum*; *caa-pim* — todas as grammas; *tajóba* (*taí* — arde na boca) as áraceas de sabor picante; *ibira-pitanga*, madeira vermelha (*Caesalpinia echinata* L., arvore que fornece o pau brasil, segundo Lery e Thevet, tambem chamado *arabouma*, *oubie* dos Caraíbas), *icicar-üva* (*Icica*) arvore resinosa de *icica* — resina; *caramá üva*, carnaubeira, *Copernicia cerifera* Mart.: *caramá* significa resina balsamica, em

Como podemos observar na primeira figura (pp. 240-241), Von Martius discorre sobre plantas brasileiras, tendo uma preocupação constante em apresentar as designações equivalentes em diversas línguas (tupi, Caraíbas continentais e insulares (Haiti), dos índios Chaymas, Cumanagotos, Aztecas e português). Esse texto se diferencia dos glossários (enciclopédicos) por dispor os dados em forma corrida, em vez de separados em verbetes multilíngües. As observações metalíngüísticas concernentes à etimologia e ao processo de formação de palavras passam a ser mais incisivas no final da obra, como pudemos verificar na segunda ilustração acima. Essa e as páginas seguintes do livro são dedicadas ao estudo do processo de formação das palavras, mais especificamente à análise do significado dos radicais que compõem os termos designativos de espécies da flora brasileira. Esse estudo vem acompanhado da indicação dos termos científicos adotados na época. As análises vêm, entretanto, permeadas de preconceito em relação à cultura dos povos indígenas brasileiros.

4. OS DICIONÁRIOS MÉDICOS NO BRASIL

Nos itens anteriores procuramos mostrar como textos dos períodos colonial e imperial brasileiros empregavam um discurso lexicográfico para descreverem as coisas da época (objetos da realidade extralingüística) e o léxico que as designava. Agora nos ateremos mais especificamente a obras lexicográficas especializadas em Medicina que foram elaboradas por brasileiros no período colonial e no século XIX.

4.1. O PRIMEIRO DICIONÁRIO MÉDICO DO BRASIL

Qualquer afirmação categórica sobre dados históricos é temerária. Toda verdade científica é passível de revisão à luz de novas descobertas. Nesse sentido, podemos apenas afirmar que, em nossa pesquisa sobre o tema “História dos dicionários médicos no Brasil”, encontramos um trabalho que é forte candidato à indicação de primeiro dicionário dessa área do saber elaborado em nosso país. Trata-se de uma pequena obra com título longo: *Nomes das partes do corpo humano, pella lingua do Brasil, cõ primeiras, segundas & terceiras pessoas & mais diferenças q nelles ha; muyto necessarios aos confessores que se occupão no menisterio de ouuir confissões, & ajudar aos jndios onde de contino seru?. Juntos por ordem alphabetica, pera mais facilmente se achar?, & saber?; pello padre PERO de CASTILHO da Companhia de Iesu. Anno 1613.*

São poucos os dados biográficos sobre o autor. Sabe-se que nasceu em 1572, perto do Rio de Janeiro, era sacerdote e ainda vivia em 1631, com 59 anos, no Colégio de Pernambuco, e parecia gozar de boa saúde (Ayrosa 1937: 22).

O objetivo dos *Nomes das partes do corpo* era facilitar o ofício da catequese. Seu público-alvo eram os padres que lidavam diretamente com as populações indígenas e sua motivação era, portanto, de cunho religioso. O dicionário organiza-se em duas listas bilíngües, em ordem alfabética, de termos que designam estruturas da Anatomia Humana: a primeira, tupi-português; a segunda, na direção inversa.

Assim, da página 27 à 41 as entradas são dispostas em ordem alfabética tupi-português. Os verbetes são precedidos de um número de série. No total, são 257. A segunda parte inicia-se na página 45 e vai até à 54. A mesma organização dos verbetes lhe é dada, desta feita na ordem português-tupi. Os números de série dão continuidade à seqüência, ou seja, iniciam-se em 258 e o último verbete é de número 439, perfazendo, assim, 181 termos. Evidencia-se, portanto, uma defasagem entre o tratamento dado à nomenclatura nas duas partes: a tupi-português possui 76 verbetes a mais que a outra. Uma possível explicação para essa situação seria a suspeita de que a versão português-tupi não seja produto do mesmo autor.

O programa básico de informações que se observa nos verbetes é composto dos seguintes microparadigmas: **entrada** em língua de partida e seu **equivalente** em língua de chegada. Além desses dados, encontramos, na primeira parte da obra, outros como *xe. de. y.* ou *xe. de. c.* A explicação sobre a identidade e função desses elementos vem com Ayrosa:

No nosso manuscrito vem, além das palavras tupis, os pronomes ou índices de posseção das três primeiras pessoas do singular, isto é, *xe. de. y.* ou *c.* Isso demonstra uma preocupação muito particular do autor do trabalho, um como que traço característico numa obrinha que, por suas finalidades, poderia ter exigido muito mais úteis e interessantes anotações (Ayrosa 1937: 16).

A presença desses dados nos enunciados lexicográficos dos verbetes já é pré-anunciada no próprio título da obra: *Nomes das partes do corpo humano, pella lingua do Brasil, cõ primeiras, segundas & terceiras pessoas*. O sintagma grifado indica os dados que se observam nos verbetes logo após o equivalente em português. Esses se encontram, todavia, apenas na primeira parte do repertório, não constando dos enunciados lexicográficos da segunda. Esse seria, talvez, mais um indício de que o trabalho completo foi feito a quatro mãos (ou mais), provavelmente em épocas diferentes. Em outras palavras, esse detalhe pode reforçar a idéia de que não tenha sido a mesma pessoa a preparar as listas tupi-português e português-tupi.

Outro aspecto que chama a atenção é a indicação de sinonímia. De fato, tanto na parte tupi-português, quanto na outra, por vezes ocorrem

situações em que para dois ou mais termos em uma língua seja indicado apenas um equivalente na outra. É o caso dos termos abaixo:

244.	Tobâpiába Tobâapoã Tobâibíra Tobâapíra	}	Topete <i>xe. de. c.</i>
269.	Barriga da perna		

Nesses exemplos verificamos que os termos indígenas *Tobâpiába*, *Tobâapoã*, *Tobâibíra* e *Tobâapíra*, de um lado, e os termos *Tetigmã iguê*, *Tetigmã oô* e *Tigmã oô*, de outro, são sinônimos entre si. O primeiro trio tem como equivalente único *topete* e o segundo, *barriga da perna*. Constituem-se, na verdade, de “variantes de sentido, composições por analogia, regionalismos, etc.” (Ayrosa 1937: 10). Podem ainda ser variantes fonético-fonológicas em uso pelos indígenas na época ou expressões adotadas por Castillo para grafar os sons que seus ouvidos podiam captar: “Si de tal ou qual modo eram ditas e compreendidas certas palavras, assim ele as procurou grafar e traduzir. Nada de preocupações puristas e gramaticais. Retrato o linguajar de sua época e da região em que vivia, com todos seus defeitos e com todos os seus traços característicos” (Ayrosa 1937: 11).

Assim, o registro da sinonímia/variação lexical nos enunciados lexicográficos deve-se a uma preocupação de Castillo em fornecer elementos que facilitassem a compreensão, por parte dos confessores, da língua falada por seus confessados. A variação em si se deve, por outro lado, de acordo com Ayrosa, a particularidades do tupi da região em que se encontrava o autor. Muito provavelmente (hipótese nossa) está ligada a diferenças de falares de grupos indígenas praticantes da mesma língua geral. Nossa posição se apóia ainda na informação contida no próprio título da obra: “& mais diferenças q nelles há”. Possivelmente predomine no trabalho o tupi tal qual era falado no litoral, já que o dicionário visava servir de instrumento ao trabalho dos sacerdotes que atuavam na costa nordeste do Brasil.

Com o passar dos séculos, essa obra, considerada por alguns cientistas de nosso tempo como a primeira *Nomina Anatomica* brasileira, tornou-se também um registro importante do português escrito em nosso país no século XVII. Acreditamos ser esse o primeiro dicionário de área médica produzido no Brasil.

4.2. OS DICIONÁRIOS MÉDICOS NO BRASIL DO SÉCULO XIX

A produção brasileira de obras lexicográficas médicas cresceu de modo intenso no século XIX, em parte por influência da conjuntura internacional. De fato, “esse crescimento editorial, ocorrido a partir da segunda metade do século passado, pode ser relacionado ao avanço e à consolidação da Medicina moderna, o que ocorreu no século XIX” (Krieger 1998: 295). O aumento de publicações de obras lexicográficas especializadas nessa área do saber no Brasil da segunda metade do século XIX deveu-se também à autorização de funcionamento de gráficas e editoras em nosso país (até então proibido), concedida após a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro.

Pesquisas recentes indicam a existência de 18 dicionários e enciclopédias médicas publicadas naquele período, destacando-se entre elas as seguintes:

1853	P. de Athayde Lobo Moscoso	<i>O dicionário dos termos de medicina de cirurgia, de química, anatomia, etc.</i> (Pernambuco, Tip. de Manoel Figueira de Faria).
1860	João Francisco de Oliveira Baduen	<i>Dicionário de Termos Científicos das Moléstias</i> (Pernambuco).
1862	Nicolau Moreira	<i>Dicionário de plantas medicinais brasileiras.</i> Suplemento em 1871.
1865	Th. J. H. Langgaard	<i>Dicionário de medicina doméstica e popular</i> (Rio de Janeiro, Laemmert; 2ª ed., 1973)
1887	Paulinho Nogueira	<i>Vocabulário indígena em uso na Província do Ceará com explicações etimológicas, ortográficas, históricas, terapêuticas</i> , pp. 209-432 e nota.

1890	Pedro Luiz Napoleão Chernoviz	<i>Diccionario de Medicina Popular e das Sciencias Accessorias para uso das famílias</i> (Paris).
1893	Silva Lima	<i>O Glossário Médico - de vocábulos, frases e locuções incorretas ou variavelmente escritos, pronunciados ou interpretados</i> (<i>Gazeta Médica da Bahia</i> , 24, pp. 331, 475, 523, 570 e 25; pp. 46, 94, 139, 189, 238, 285 e 577 em 1894).

Ao analisar o *Dicionário de Medicina Popular e Ciências Acessórias*, de Napoleão Chernoviz, e o *Dicionário de Termos Científicos das Moléstias*, de João Francisco de Oliveira Baduen, Maria da Graça Krieger (1998) verificou que esses podem ser considerados como paradigmas de obras dessa natureza no século XIX. De fato, no que tange à composição da nomenclatura do *Dicionário de Medicina Popular e Ciências Acessórias*, publicado em Paris, cuja 6ª edição (aqui analisada) data de 1890, essa possuía as seguintes características;

1. presença razoavelmente equilibrada de unidades terminológicas provenientes dos diferentes subdomínios da Medicina;
2. presença de termos oriundos dos campos da Botânica, Zoologia, Alimentação, Bebidas, Estações de Águas Termais, Profissões e Minerais;
3. o conceito de Medicina subjacente à obra (e que determinou a escolha da nomenclatura a ser tratada) é largo, ultrapassando os limites de si mesma e abarcando termos de “ciências acessórias”, que designam seres, coisas ou conceitos que, de algum modo, relacionam-se com a saúde dos homens;
4. as informações veiculadas pelo enunciado lexicográfico são de caráter enciclopédico;
5. no caso de verbetes dedicados a termos que designam patologias, esses contêm “descrições das tipologias das enfermidades e as orientações terapêuticas, além de outras informações consideradas úteis pelo autor” (Krieger 1998: 299).

6. há verbetes que praticamente não contêm definição, apenas uma opinião pessoal do autor sobre alguma questão que o incomoda. Exemplo:

Vento máo. Um erro popular faz com que algumas pessoas dêem este nome à apoplexia, como se esta moléstia fosse produzida pelo vento (Chernoviz 1890: 199).

No que concerne aos aspectos lingüísticos mais propriamente ditos e ao seu tratamento lexicográfico, observa-se que:

- termos homônimos constituem entradas de verbetes diferentes. Exemplo: galo (moléstia) e galo (ave);
- a variação terminológica (lexical) vem expressa na própria entrada por uma seqüência de termos ligados pela conjunção ou, por uma remissão ou pela indicação do termo científico correspondente ao termo popular que constitui a entrada.
- a etimologia também é freqüentemente dada.

O objetivo maior da obra de Chernoviz era o de “auxiliar as famílias no conhecimento e nas formas de tratamento das moléstias, não se tratando, portanto, de um dicionário para especialistas” (Krieger 1998: 297). Essa característica também se encontra presente em outros dicionários médicos da época. De fato, “um dos principais princípios que regem a produção lexicográfica médica do século XIX no Brasil é de natureza pragmática. Vale dizer, a estrutura interna da obra preocupa-se em adequar-se, sob vários aspectos, às imagens de competência e, sobretudo, de projeções do interesse informativo dos consulentes visados” (Krieger 1998: 302).

Do ponto de vista de sua tipologia, as obras lexicográficas especializadas em Medicina do século XIX, embora se denominassem *Vocabulário*, *Dicionário* ou *Glossário*, tinham mais propriamente um caráter enciclopédico. Essa característica dos dicionários de Medicina era uma marca da produção lexicográfica geral da época.

5. CONCLUSÃO

Os aspectos aqui levantados são, a nosso ver, importantes para a compreensão do processo de construção do saber terminológico e terminográfico médico no Brasil. Se nos ativéssemos ao conceito de Terminografia tal como essa disciplina científica é concebida hoje, nossa pesquisa deveria se restringir aos dicionários especializados cuja elaboração se baseia em princípios teóricos e metodológicos próprios da Terminologia moderna. O número seria, então, muito reduzido e se limitaria às obras elaboradas nas Universidades em que se desenvolveram estudos em Terminologia (fundamentalmente a partir da década de 1980).

De acordo com a perspectiva que adotamos neste trabalho foi considerado um *discurso lexicográfico* existente em documentos que não se caracterizam como obras lexicográficas e os dicionários médicos propriamente ditos. Partimos, assim, do pressuposto de que o resgate da história da Terminografia brasileira não deve deixar de levar em consideração tanto dicionários, quanto outros documentos que trazem em seu bojo elementos precursores da Lexicografia especializada ou da Terminografia, neles se observando um *discurso lexicográfico* ou *terminográfico*, além de um *discurso de constituição do léxico de áreas de especialidade*.

Dentre esses documentos situam-se as cartas, os relatos de viajantes, narrativas oficiais, estudos científicos produzidos nos primórdios do período colonial que descreviam o Brasil em seus diferentes aspectos para fins diversos e que contribuíram em muito para a elucidação de léxicos indígenas e para o enriquecimento do universo lexical do português, sobretudo no que concerne a termos que designavam coisas exóticas ou doenças, próprias do local ou nele existentes, desconhecidas dos colonizadores. Ao descrever as coisas, descrevia-se também a terminologia científica e popular que as designava. Um destaque deve ser dado às obras dos naturalistas nas quais é evidente uma preocupação com o léxico e a presença de um *discurso lexicográfico* mono-, bi-, multilíngüe e/ou enciclopédico, ora em forma de texto corrido, ora no estilo de verbetes de dicionários.

No que concerne aos dicionários médicos produzidos no Brasil até o final do século XIX, ganha relevo o vocabulário bilíngüe de Pero de

Castillo. Essa obra, de 1613, que listava os nomes das partes do corpo humano em tupi e em português, deu uma contribuição ao resgate da história da Anatomia e da Medicina no Brasil, podendo ser considerado como o primeiro dicionário de área médica de nosso país e como a primeira *Nomina Anatômica* nacional. Com efeito, somente a partir da segunda metade do século XIX é que a produção desse tipo de obra ganhou impulso devido à permissão para publicação em território nacional e aos avanços da Medicina ocorridos no Brasil e no mundo da época. Uma das principais características dos dicionários médicos do século XIX era seu cunho enciclopédico e o pouco rigor no trato dos dados lingüísticos. As entradas dos verbetes eram vistas mais como temas do que como termos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYROSA, Plínio (1937): *Os Nomes das partes do corpo humano pella lingua do Brasil, de Pero de Castilho. Texto tupi-português e português-tupi do seculo XVII*, São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais.
- CARDIM, Fernão (1980): *Tratado da terra e gente do Brasil (1583)*, Belo Horizonte-São Paulo, Itatiaia-EDUSP.
- CASTILLO, Pero de (1937): *Nomes das partes do corpo humano, pella lingua do Brasil, cõ primeiras, segundas & terceiras pessoas & mais differenças q nelles ha; mujto necessarios aos confesores que se occupão no menisterio de ouuir confissões, & ajudar aos jndios onde de continuo seru?. Juntos por ordem alphabetica, pera mais facilmente se achar?, & saber?; pello padre PERO de CASTILHO da Companhia de Iesu. Anno 1613*, São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues (1972): *Viagem filosófica pelas capitãias do Gão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuibá. Memórias (Zoologia e Botânica)*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura.
- GANDAVO, Pero de Magalhães (1984): *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamaos Brasil*, ed. fac-similada, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa.
- KRIEGER, Maria da Graça (1998): “Terminografia médica no Brasil no século XIX”, in J. Brumme (ed.), *Actes del col·loqui: la història dels*

llenguatges iberoromànics d'especialitat (segles XVII-XIX): solucions per al present. 15-17 de maig de 1997, Barcelona, IULA, pp. 295-304.

LERY, Jean de (1980): *Viagem à terra do Brasil*, Belo Horizonte-São Paulo, Itatiaia-EDUSP.

MARTIUS, K. F. Ph. Von (1939): *Natureza, doenças, Medicina e Remédios dos índios Brasileiros (1844)*, São Paulo-Rio de Janeiro-Recife-Porto Alegre, Companhia Editora Nacional.

NUNES, José Horta (1996): *Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários*, Tese defendida na Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP.

— (2002): “Dicionarização no Brasil: condições e processo”, in José Horta Nunes e Margarida Petter, *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*, São Paulo, Humanitas-Pontes, pp. 99-122.

ORGANISATION INTERNATIONALE DE NORMALISATION (1990): *Terminologie – Vocabulaire*. Genebra. ISO (Norme Internationale ISO 1087).

PISO, Guilherme (1948): *De Medicina Brasiliensi*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 4 vol.

— George MARCGRAV (1948): *Historia naturalis Brasiliae*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

SOUZA, Gabriel Soares de (1987): *Tratado descritivo do Brasil (1587)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.

VERDELHO, Telmo (2002): “Dicionários portugueses, breve história”, in José Horta Nunes e Margarida Petter, *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*, São Paulo, Humanitas-Pontes, pp. 15-64.